

## ESTRUTURA FÍSICA

# Casa da Mulher Brasileira em Palmas é alvo de denúncias sobre acolhimento

Júnior Suzuki/Prefeitura de Palmas

CRIADA PARA CONCENTRAR EM UM ÚNICO ESPAÇO OS PRINCIPAIS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, A CASA FOI INAUGURADA EM MARÇO DE 2025.

Criada para concentrar em um único espaço os principais serviços de proteção às mulheres em situação de violência, a Casa da Mulher Brasileira de Palmas foi inaugurada em março de 2025 com investimento de R\$ 5,6 milhões do Governo Federal. A proposta é oferecer atendimento integrado, reunindo acolhimento psicossocial, orientação jurídica, registro de ocorrências, solicitação de medidas protetivas e abrigo temporário para vítimas e seus filhos.

Denúncias recebidas pelo Jornal Primeira Página apontam dificuldades que vão desde problemas de acesso aos serviços até questões relacionadas à segurança, estrutura física e disponibilidade de profissionais. Os relatos contrastam com as diretrizes nacionais do programa, que preveem atendimento humanizado, acolhimento qualificado e integração da rede de proteção.

Uma das principais reclamações envolve a forma como parte dos atendimentos é conduzida dentro da unidade. Segundo os relatos, algumas mulheres deixam o local com a sensação de não terem recebido o acolhimento esperado em um momento de extrema vulnerabilidade emocional.

As diretrizes da Casa da Mulher Brasileira determi-

nam que profissionais que atuam diretamente com vítimas recebam formação permanente sobre violência de gênero, direitos humanos e atendimento humanizado, com o objetivo de evitar a revitimização e garantir uma escuta qualificada.

“Quem procura a Casa da Mulher chega num momento muito difícil, com medo e emocionalmente abalada. Quando não recebe o acolhimento que espera, acaba saindo ainda mais desamparada”, relatou uma mulher atendida pela unidade, que pediu para não ser identificada.

Ao questionar a Secretaria Municipal da Mulher (SEMUP) sobre a existência de procedimentos para verificar se policiais e demais profissionais lotados na unidade possuem histórico de violência doméstica, medidas protetivas, condenações ou processos relacionados à violência contra a mulher, e como essa análise é realizada, o Jornal Primeira Página não obteve resposta.

Outra reclamação recorrente diz respeito à ausência de transporte para mulheres atendidas pela rede de proteção.

Segundo as denúncias, muitas vítimas chegam à unidade sem recursos financeiros, acompanhadas dos filhos e levando apenas os



A proposta é oferecer atendimento integrado, reunindo acolhimento psicossocial, orientação jurídica, registro de ocorrências.

percentes que conseguiram retirar de casa ao fugir das agressões.

Após registrar ocorrência ou solicitar medida protetiva, diversas mulheres ainda precisam se deslocar para outros locais da cidade para realizar exames de corpo de delito, avaliações psicológicas ou outros procedimentos complementares.

Sem veículo próprio e sem transporte disponibilizado pelo serviço, algumas acabam desistindo de etapas importantes do atendimento.

“Tem mulher que sai da delegacia e ainda precisa ir para outro lugar fazer exame. Muitas estão com os filhos, recebem roupas ou cesta básica e não conseguem carregar tudo no ônibus. Algumas acabam desistindo porque não têm como se deslocar”, afirmou denunciante.

Um dos pilares da Casa da Mulher Brasileira é concentrar os serviços em um único local, reduzindo deslocamentos e facilitando o acesso à rede de proteção.

Apesar disso, relatos obtidos pela reportagem indicam que algumas mulheres ainda precisam buscar determinados atendimentos fora da unidade, especialmente exames periciais e serviços complementares.

Segundo uma das entrevistadas, muitas deixam o local sem saber como chegar ao próximo atendimento ou como se deslocar com os filhos, situação que dificulta a continuidade do acompanhamento.

A insuficiência de profissionais também aparece entre os principais problemas relatados.

Embora toda mulher seja inicialmente acolhida por

profissionais da área psicossocial, as denúncias apontam que a demanda frequentemente supera a capacidade de atendimento da equipe.

De acordo com os relatos, não é raro que mulheres aguardem horas para serem atendidas.

“Tem dia que a mulher chega às oito da manhã e só é atendida perto das dez porque faltam profissionais para dar conta da demanda”, relatou uma mulher.

As denúncias também apontam que o acompanhamento psicológico contínuo nem sempre ocorre dentro da própria Casa da Mulher Brasileira, o que gera dificuldades adicionais para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Segundo os relatos, a unidade possui apenas um vigilante para atender toda a estrutura e não conta com

detector de metais nem com um sistema mais rigoroso de controle de acesso.

As denunciantes afirmam que qualquer pessoa consegue entrar no prédio sem grandes dificuldades, situação considerada preocupante em um local destinado ao atendimento de vítimas de violência doméstica.

“Estamos falando de um local que atende vítimas de violência. Muitas vezes os agressores não aceitam a denúncia ou a medida protetiva. Por isso, a segurança deveria ser mais reforçada”, afirmou mulher ouvida pela reportagem.

As diretrizes nacionais da Casa da Mulher Brasileira preveem ambiente seguro para mulheres, crianças e profissionais, incluindo mecanismos de controle de acesso e protocolos de proteção.

## CONTRATO DAS UPAS

## Secretária de Saúde de Palmas e servidores são presos em investigação

A Polícia Civil do Tocantins deflagrou nesta quarta-feira (10) uma nova fase da Operação Falsa Emergência e cumpriu mandados de prisão preventiva contra a secretária municipal de Saúde de Palmas, Dhieine Caminski, além dos servidores Andreis Vicente da Costa e Cláudia Fernanda Cândido da Silva. A ação integra as investigações que apuram supostas irregularidades na contratação da entidade responsável pela gestão das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) Norte e Sul da Capital.

Conforme decisão judicial, as prisões foram decretadas após representação da autoridade policial e manifestação favorável do Ministério Público. No caso dos servidores Andreis Vicente da Costa e Cláudia Fernanda Cândido da Silva, a medida foi fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública. Já a prisão da secretária Dhieine Caminski foi autorizada com base na conveniência da instrução criminal, visando preservar o andamento das in-



Dhieine Caminski, secretária municipal de Saúde de Palmas.

vestigações.

A operação é um desdobramento das apurações iniciadas em 21 de maio deste ano, quando cerca de 50 policiais civis cumpriram dez mandados de busca e apreensão relacionados ao processo de contratação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itatiba para administrar as UPAs da região Norte e Sul de Palmas.

Durante a primeira fase da investigação, conduzida pela Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Decor), foram identificados indícios de

falsidade ideológica em documentos que integraram o procedimento administrativo da contratação. Segundo a Polícia Civil, informações teriam sido inseridas de forma irregular para conferir aparente legalidade ao processo que resultou na parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde (Semus) e a instituição filantrópica.

O contrato sob investigação foi firmado em março deste ano e prevê repasses da ordem de R\$ 139 milhões para a administração das duas unidades de pronto atendimento.

A terceirização das UPAs chegou a ser suspensa por decisão do Tribunal de Justiça do Tocantins, após questionamentos sobre a legalidade do processo. No entanto, a medida foi posteriormente revertida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que entendeu haver risco de prejuízo à continuidade dos serviços de saúde caso a gestão retornasse imediatamente ao município.

Apesar da decisão do STJ manter o contrato em vigor, a legalidade da contratação continua sendo analisada pela Justiça estadual.

## PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA CNPJ Nº 37.344.439/0001-41  
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2026

O Município de Supupira -TO, faz saber que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública nº. 002/2026. Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021. Tipo: Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresas especializada para a prestação de serviços na construção de calçadas em vias urbanas do município de Supupira - TO, conforme especificações no Termo de Referência (Anexo I). Início e recebimento das propostas dia 12/06/2026, no Site: <https://bnc.org.br>. Início da sessão eletrônica dia 25/06/2026 às 08h00min, no Site: <https://bnc.org.br>. EDITAL: Poderá ser retirado pelo site: <http://www.supupira.to.gov.br>, no site: <https://bnc.org.br>, ou solicitado pelo E-mail: [licitacao@supupira.to.gov.br](mailto:licitacao@supupira.to.gov.br). Telefones: (063)3399-1161. (41) 3166 6868, WhatsApp: (42) 3026-4550. Supupira - TO, 10 de junho de 2026.

Arielle Vieira Gomes  
Agente de Contratação.

**EVENTOS E SERVIÇOS**

**PAINEIS DE LED**  
**ESTRUTURAS**  
**SOM PEQUENO E GRANDE PORTE**  
**ILUMINAÇÃO**  
**CASAMENTO**  
**RECEPÇÕES**

**UNI**

PALMAS-TO  
ATENDEMOS EM TODO O ESTADO DO TOCANTINS

63 98490-3871 FERNANDO  
63 98462-4166 ROGÉRIO

UNI.PALMAS  
UNI.PM.W@GMAIL.COM